



A noite da decisão

Desde que se deu o anúncio de que o presidente da República falaria à Nação para transmitir aquilo que consta ser seu programa de governo, a expectativa vem aumentando em todos os círculos. À esquerda do espectro político (à qual se juntaram pressurosos alguns expoentes do centro-democrático, políticos e empresários), cuida-se de alimentar a esperança de que o chefe do governo definirá política, senão de confronto, pelo menos de *dureza* nas negociações com o Fundo Monetário Internacional. Arditamente, procura-se difundir a impressão de que é o FMI que exige do governo brasileiro o combate à inflação, e que, se não fosse esse *ogre*, tudo iria às mil maravilhas: a base monetária seria aumentada na medida das necessidades de custeio das empresas estatais e da falta de critérios de muitos setores privados e se importaria quanto fosse necessário para aumentar sem limites a produção.

No centro-democrático, pelo contrário, não se alimentam ilusões, nem se difundem falsas expectativas; tem-se a clara consciência de que os tempos são difíceis, e as negociações com o FMI e os bancos credores deverão sem dúvida alguma preservar a altivez nacional. Sabe-se, porém, que nesse jogo em que o Brasil entrou sem cacife em 1982, e que se vem repetindo até agora, é fundamental que não se imponham exigências, mas se demonstre seriedade. Pesadas as coisas, o presidente José Sarney deverá amanhã à noite escolher entre o jingoísmo irresponsável à *la* Kubitschek e a seriedade altiva com que Castello Branco impôs ordem às finanças e firmou o nome do Brasil no concerto das nações.

Os homens públicos são os que mais de perto sentem as pelas da tecnologia moderna no campo das telecomunicações. Por uma série infundável de motivos, eles não transmitem ao vivo suas grandes decisões; gravam-nas e com isso se fecham ao influxo de idéias novas que lhes possam acudir depois da gravação. A importante decisão do presidente Sarney, que determinará o tom da política brasileira daqui para a frente, já foi tomada e confiada ao vídeo-teipe. Que caminho terá escolhido, em seu desejo de criar as condições para erradicar a miséria, resolver problemas de saúde pública, estimular o desenvolvimento econômico, jugular a inflação, negociar com o FMI e manter íntegra a soberania nacional, atender aos apelos dos governadores, garantir maioria no Congresso Nacional?

Não terá sido fácil a s. exa. conciliar todas essas proposições, justas e igualmente prioritárias, mas dependentes todas da fragilidade de um Erário Público submetido à pressão insuportável de crônico e vultoso déficit e às injunções de uma classe

política que parece não se ter dado conta de que a hora é de sacrifícios e não de esbanjamentos; que não é nomeando apaniguados que se cria trabalho, embora se dê empregos (muitas vezes sem possibilidade de remuneração). Qualquer que tenha sido a escolha do chefe do governo, está feita. Nisso reside a gravidade da hora presente, porque há muito tempo que uma decisão não assumia a importância que essa tem.

No governo passado, houve um momento semelhante ao que assistiremos amanhã: quando o presidente Figueiredo, premido por semelhantes circunstâncias, decidiu anunciar ao País que se fazia mister impor a todos nós a chamada "economia de guerra". Bastaram dois ou três dias para ver que a gravidade das palavras não correspondia à seriedade dos atos; o resultado foi que de lá para cá apenas se agravaram os fatores de instabilidade, culminando com o *impasse* nas negociações com o FMI e os bancos credores, sem esquecer a dificuldade com que se defronta hoje o chefe do governo para cortar fundo nas despesas das empresas estatais.

Ora, é isso que a Nação não suporta mais: palavras graves, não apoiadas em fatos. Mais ainda do que isso, ela não suporta, que se procure enganá-la, escondendo as reais intenções do governo. A esse propósito, o presidente José Sarney deve ter tido presente, ao gravar seu pronunciamento, que poderá criar uma primeira e séria crise ministerial se não souber retirar as consequências da exposição que o ministro Dornelles fez aos governadores a respeito da situação do País e das negociações com o Fundo Monetário Internacional. Se as palavras presidenciais não se coadunarem com os desafios implícitos na exposição do ministro da Fazenda, o sr. Francisco Dornelles não terá mais as funções de buscar o equilíbrio das finanças públicas, nem de preservar a normalidade das contas externas. Terá sido suplantado por outros auxiliares do chefe do governo — e será, conseqüentemente, um homem ao mar. A coerência interna do discurso do ministro da Fazenda não combina com a retórica contra o FMI, nem com tiradas contra o capital (nacional ou estrangeiro), e, muito menos, com uma atitude agressiva contra a livre iniciativa.

A bem dizer as coisas, ao gravar seu pronunciamento — ao que se informa de acordo com as mais modernas técnicas de *marketing* —, o presidente da República deve ter tido presente que está escolhendo aliados: ou os *palanqueiros* de todos os matizes ideológicos — aqueles que desejam estar bem com a emoção da massa, despreocupados com o dilúvio que afogará seus sucessores —, ou a parte séria da Na-

ção, igualmente composta de pessoas de diferentes posições políticas, mas todos buscando criar as condições para que a solução dos nossos problemas se dê dentro daquilo que se pode dizer ser a tradição política brasileira: políticas austeras para permitir mudanças sem violentar o espírito das instituições.

Poucos conhecem o discurso presidencial — seu teor e, mais ainda, o espírito que anima a fala. Isso, porém, não impede que se acalente a esperança de que a racionalidade tenha acabado por triunfar sobre o clima de entusiasmo dos que aplaudem a *dureza* da posição frente ao FMI, talvez pensando nas vantagens que poderão auferir em caso de trauma na vida econômica e política da Nação. Essa esperança vem de um fato singelo: a resposta curta, polida e firme do presidente da República à carta que lhe dirigiu Fidel Castro, para que o sr. José Sarney participasse de um debate sobre a dívida externa, em Havana. Ao afastar-se de Castro, o sr. José Sarney demonstra inequivocamente que não está disposto a fazer do Brasil o instrumento da política externa soviética, via Cuba. Poderá até — esperamos todos que não — vir a adotar posições retóricas que satisfaçam o lado esquerdo da platéia; fa-lo-á, no entanto, por livre iniciativa, e não inspirado por Fidel Castro.

Aliás, no melhor estilo populista — se é que deseja vestir essa roupagem meio gasta —, o presidente da República poderá adotar postura dita conservadora nas negociações com o Fundo Monetário Internacional: afinal, tem a respaldá-lo imensa maioria de brasileiros, que desejam que o governo pague a dívida que foi contraída livremente. Esse sentimento, captado por pesquisa de opinião pública, deve fortalecer o ânimo do presidente da República, quando se tratar de levar à prática as decisões que serão anunciadas na noite de amanhã. Decisões, ou diretrizes? A rigor, a Nação toda preferiria que o sr. José Sarney lhe apresentasse decisões; é que as diretrizes podem ser convertidas em seu contrário ao longo do processo de sua transformação em políticas e atos administrativos.

De qualquer maneira, decisões ou diretrizes, a escolha foi feita. Resta agora esperar que a noite de amanhã não seja mais uma das tantas outras de decepção que os brasileiros vêm somando pelo menos desde 1973, quando se decidiu nada fazer para enfrentar a tempestade que se avizinhava. Agora, ela chegou ao Brasil, causou estragos; trata-se de reconstruir a economia para que a vida social siga seu curso normal. O presidente da República jogou os dados. Os jogos estão feitos.